

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Estudo da Relação entre os Estilos de Vinculação e a Capacidade
Adaptativa em Adolescentes Institucionalizados**

Filipa Maria Gervásio de Noronha

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**Secção de Psicologia Clínica e da Saúde
Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica**

2014

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Estudo da Relação entre os Estilos de Vinculação e a Capacidade de
Adaptação em Adolescentes Institucionalizados**

Filipa Maria Gervásio de Noronha

Dissertação Orientada pelo Professor Doutor João Justo

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**Secção de Psicologia Clínica e da Saúde
Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica**

2014

Agradecimentos

De todas as caminhadas que tenho percorrido na minha vida, esta foi sem dúvida das mais árduas, a mais desafiante e gratificante e, agora que chego ao final da mesma, reflito que desde o seu início, apesar do esforço constante, todos os dias aprendi, conquistei e amadureci. Assim não teria sido se ao meu lado, nesta enorme viagem, não permanecessem pessoas às quais gostaria de deixar os mais sinceros agradecimentos.

Ao Professor João Justo, pela sabedoria, disponibilidade, humanismo, sensibilidade, sentido de humor e rigor, bem como paciência e confiança infinitas com que me ensinou a desenvolver este trabalho de investigação.

À minha família, em especial, à minha avó, cujo amor incondicional me conduz todos os dias por caminhos de resiliência e coragem. À minha mãe que me ofereceu todos os recursos que me permitiram ambicionar, alcançar e conquistar. Ao meu pai, pela bondade e esperança que me transmite. Ao meu cão, pela fidelidade e constante carinho. Ao meu avô, que apesar de ausente na sua presença terrena, permanece vivo no meu coração e memória.

Ao teatro, ao palco, que constitui desde há 10 anos a minha segunda casa, bem como a todas as pessoas que comigo o partilharam. Com eles aprendi não só o fascínio da arte de representar, mas também sobre a verdadeira essência do ser humano. A este que constitui também um complemento fundamental à minha formação em psicologia.

Aos meus amigos do peito, por todos os momentos e experiências partilhadas, que tanto contribuem para o meu percurso de vida. Ao Francisco, ao Nuno e à Madalena, que apesar de ainda hoje me questionar sobre o sentido das suas partidas prematuras, para além da dor das suas perdas, guardo momentos e memórias que, em fases diversas construímos juntos, as quais fazem e farão parte de mim e que, portanto, viverão sempre em tudo o que sou e em tudo o que faça.

Índice

Resumo.....	11
Abstract	13
Introdução	15
I - Enquadramento teórico.....	17
1.1. Os adolescentes institucionalizados do ponto de vista da psicologia.....	17
1.2. Teoria da vinculação	22
1.2.1. As representações da vinculação	23
1.3. A resiliência	25
II - Objetivo e hipóteses	31
2.1. Objetivo.....	31
2.2. Hipótese Geral.....	31
III – Metodologia	33
3.1. Definição das variáveis	33
3.1.1. Variável dependente: resiliência	33
3.1.2. Variável independente: representação da vinculação	33
3.2. Participantes	33
3.3.1. Procedimento.....	34
3.4. Operacionalização das variáveis	35
3.4.1. As representações da vinculação.....	35
3.4.2. A resiliência	37
3.4.2.1. A escala original.....	37
3.4.2.2. Adaptação da ER à cultura portuguesa.....	37
3.5. Hipóteses específicas.....	40
IV. Análise Estatística.....	41
4.1. Resultados	41
4.2. Testagem da normalidade das variáveis.....	42
4.3. Análise da consistência interna	43
4.3.2. Escala de resiliência	43

4.4. Estudo das escalas	44
4.5. Análise das Correlações	45
4.5.1. Correlações entre as subescalas do QVPM e as subescalas da ER	45
4.6. Testagem das hipóteses	46
4.6.1. Testagem da hipótese 1	47
4.6.2. Testagem da hipótese 2	48
4.6.4. Testagem da hipótese 4	50
4.6.5. Testagem da hipótese 5	51
V. Discussão dos resultados e limitações do estudo	53
Bibliografia	57

Anexos (em CD)

I – Dissertação

II - Base de dados e Outputs

2.1. Base de dados

2.2. Output da estatística descritiva das variáveis sociodemográficas e psicométricas

2.3. Output relativo às correlações entre variáveis sociodemográficas

2.4. Output relativo às correlações entre variáveis psicométricas

3.5. Output correspondente à análise das frequências

2.6. Output relativo à análise do *Alpha de Cronbach*

2.7. Output relativo à análise de regressão

III – Consentimentos e Instrumentos

3.1. Consentimento informado

3.2. Folha de informação ao participante

3.3. Instrumentos: QVPM e ER

Resumo

A teoria da resiliência é um campo de estudo multifacetado que se baseia nas potencialidades do indivíduo e dos seus sistemas, em detrimento do enfoque na patologia, como força motriz que lhes permite adaptar de forma positiva, para além da adversidade.

De entre os inúmeros fatores protetores e potenciadores da capacidade de resiliência, o presente estudo debruça-se sobre a importância das representações de vinculação com as figuras cuidadoras, nomeadamente na influência que estas exercem sobre a forma como adolescentes desenvolvem aquele atributo e se adaptam às circunstâncias de vida em contexto institucional. Para medir os constructos, recorreu-se ao *Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe* (Matos & Costa, 2001, 2004) e à *Versão Portuguesa da Escala de Resiliência* de Wagnild e Young (Felgueiras, Festas & Vieira, 2011). Analisaram-se os resultados de adolescentes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos, relativamente às representações de vinculação face às figuras parentais e aos níveis de resiliência.

Tendo por base a literatura, espera-se que a capacidade de resiliência nos jovens institucionalizados seja influenciada pela qualidade das suas representações de vinculação.

Procedeu-se a análise estatística das hipóteses específicas com base no modelo de regressão linear. As hipóteses elaboradas na presente investigação foram parcialmente confirmadas. Verificou-se que a *qualidade do laço emocional* e a *ansiedade de separação* na relação com a mãe têm um impacto significativo na explicação da variância estatística da *perseverança*. Confirmou-se, também, a influência da *inibição da exploração e da individualidade* na relação com a mãe no domínio da *autoconfiança*. As restantes hipóteses não foram confirmadas.

A complexidade do contexto de institucionalização, bem como a amplitude do conceito de resiliência induzem dificuldades na delimitação dos fatores que a influenciam, uma vez que este domínio parece estar extremamente dependente não só de fatores internos mas, também, da configuração complexa de fatores externos ao sujeito, os quais mereceriam um trabalho de investigação mais exaustivo.

Palavras chave: resiliência; vinculação; representações; institucionalização; adolescentes institucionalizados.

Abstract

The theory of resilience is a multifaceted field of study that is based in the potentialities of the individual and their systems, rather than the focus on pathology, as a driving force that allows them to adapt positively beyond adversity.

Among the many protective factors and enhancers of the capacity for resilience, this study focuses on the importance of representations of bonding with the caregiver figures, particularly in the influence they exert on how adolescents develop that attribute and adapt to circumstances of living in institutional context. To measure the constructs, the *Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe* (Matos & Costa, 2001, 2004) and the *Versão Portuguesa da Escala de Resiliência* de Wagnild e Young (Felgueiras, Festas & Vieira, 2011) were used. We analyzed the results of male teenagers, aged between 16 and 19 years in respect of representations of attachment in the face of parental figures and levels of resilience.

Based on the literature it is expected that the capacity for resilience in institutionalized young people would be influenced by the quality of their attachment representations.

A statistical analysis of specific hypotheses based on the linear regression model was carried out. The hypotheses developed in this research have been partially confirmed. It was verified that the *quality of emotional bond* and *separation anxiety* in the relationship with the mother have a significant impact on the explanation of statistical variance of *perseverance*. It was also confirmed a great influence of *inhibition of exploration* and *individuality* in the relationship with the mother in the field of *self-confidence*. The remaining hypotheses were not confirmed.

The complexity of the context of institutionalization, as well as the breadth of the concept of resilience induce difficulties in defining the factors that influence it, since this area seems to be highly dependent not only on internal factors, but on a complex configuration of factors which are external to the subject and so deserved a more exhaustive research.

Key-words: Resilience; attachment; representations; institutionalization; institutionalized adolescents.

Introdução

Durante séculos de investigação, os estudos focaram-se no âmbito da explicação não normativa do funcionamento psicológico do ser humano, sendo o objetivo central a identificação patológica do comportamento.

Assim, tornou-se fundamental para a evolução e complementaridade dos conhecimentos que se têm vindo adquirir sobre o funcionamento da mente humana, a emergência de uma vaga de estudos de âmbito psicológico com base numa perspetiva positiva e que recaiam não apenas sobre sintomas e perturbações, mas sim sobre os recursos e potencialidades do ser humano, independentemente da existência de patologia.

O estudo da resiliência predomina no campo da investigação mais recente em psicologia, verificando-se que a identificação dos recursos de cada indivíduo poderá constituir uma ferramenta de maior utilidade quando se trata da intervenção prática, tal como a implementação de um plano de intervenção ou programa de promoção de saúde mental.

Sob o ponto de vista da Psicologia, a definição de resiliência levanta um conjunto de questões relacionadas com a sua abordagem em um domínio vs. múltiplos domínios. No presente estudo adotou-se a perspetiva focada num subgrupo de pessoas, em que se consideram múltiplos domínios de funcionamento, através da *Escala de Resiliência*, na identificação do nível de resiliência destes jovens, bem como na identificação de fatores protetores, nomeadamente, a qualidade da vinculação, através do *QVPM*, em contexto institucional.

Atualmente, a resiliência tem sido reconhecida como um processo transversal ao desenvolvimento de qualquer ser humano, é entendida não somente como uma característica da pessoa, uma capacidade inata, mas um processo que se desencadeia e desenvolve a partir da interação dinâmica existente entre as características individuais e a complexidade dos fatores de risco e de proteção subjacentes ao contexto em que o indivíduo se insere.

Do ponto de vista biológico e das neurociências, o cérebro é o órgão executor central do sistema biológico responsável da resiliência e responsável na regulação dos mecanismos neurobiológicos, cognitivos e psicológicos associados à resposta aos eventos adversos e à resiliência.

Ao conceito de resiliência está, portanto, subjacente a esquematização de recursos que se expandem para além do indivíduo, nomeadamente, os relacionamentos de vinculação. Através do estudo específico dos padrões de vinculação e da forma como estes poderão explicar a maior ou menor predominância de alguns fatores que contribuem para uma conduta resiliente, pretende-se no presente estudo, identificar se a qualidade da vinculação constitui um requisito fundamental a ter em consideração ao promover a resiliência em populações consideradas de risco.

I - Enquadramento teórico

1.1. Os adolescentes institucionalizados do ponto de vista da psicologia

Na antiga sociedade tradicional, o abandono de crianças recém-nascidas devia-se fundamentalmente às condições de pobreza em que vivia a maior parte da população, assim como a instabilidade política (Férrandez, 1996). Porém, nos finais da Idade Média e durante os séculos XVII e XVIII, devido a uma nova conceção social, filosófica e jurídica, surgem instituições religiosas com o objetivo de acolher crianças abandonadas. Em Portugal no ano de 1783, surge a primeira instituição oficializada por Pina Manique, fundador da Casa Pia de Lisboa (Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco, 2003). Em 1911, em Portugal, o Estado visa proteger as crianças menores desprotegidas e abandonadas formalizando a *Lei da Infância e Juventude*, um percurso que culminou em 1999 na “Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”, tendo como objetivo “a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em risco, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Art. 1 da lei 147/99 de 1 de Setembro) (Alberto, 2009). Esta promoção dos direitos e a proteção justifica a intervenção quando se verifica que a criança ou o jovem está sujeita de forma direta ou indireta a comportamentos que afetem gravemente a segurança ou o seu equilíbrio emocional (Alberto, 2009). Em regra, os jovens que são negligenciados acabam por ser encaminhados para esse tipo específico de instituições: casas de acolhimento temporário, lares de acolhimento de crianças e jovens ou entregues a famílias de acolhimento. A sua tutoria permanece ao cuidado da instituição ou do tribunal, podendo haver contatos mais ao menos frequentes com as figuras parentais e inclusive voltar para o seio familiar se forem tomadas medidas preventivas de apoio e supervisão familiar. A vivência em institucionalização, idealmente, prevê a recriação de um ambiente familiar, de forma a promover apoio social e a participação comunitária. Contudo, muitos fatores podem interferir com os objetivos gerais, traduzindo fragilidades nas instituições.

De fato, desde há 50 anos que, em crianças institucionalizadas, são identificadas perturbações de crescimento, desenvolvimento cognitivo e da linguagem, bem como níveis acrescidos de problemas comportamentais a que muito se deve ao fato de a educação institucional muitas vezes envolver privação material e social (MacLean, 2003; Zeanah, Smyke, & Settles, 2006). Apesar da diversidade de pessoas e relações, as

instituições poderão constituir uma estrutura contextual rígida, cuja materialização serão os muros e os regulamentos (Cyrulnik, 2010), com o risco de um maior ênfase sobre uma educação mais funcional do que emocional.

Um estudo realizado em duas instituições na Bosnia-Herzegovina sobre crianças institucionalizadas entre os 8 e os 12 anos de idade confirma que crianças sem cuidados parentais são um grupo vulnerável e com um risco acrescido de problemas de comportamento (citado por Eapen, 2009). Dois estudos diferentes com crianças Romenas reportaram que crianças institucionalizadas com idades entre os 12 e os 31 meses exibiam sérias perturbações de vinculação, e as crianças recém-nascidas que eram abandonadas em instituições têm níveis de inteligência mais baixos comparando com crianças que nunca foram institucionalizadas (citado por Eapen, 2009).

Crianças entre os 5 e os 14 anos de idade, num orfanato na Etiópia, demonstraram menor interação e fragilidades da vinculação com adultos e tinham maior probabilidade de manifestar um desenvolvimento cognitivo-emocional mais lento do que crianças criadas com as suas famílias.

Os domínios afetivo e emocional das crianças e jovens institucionalizados em Portugal constituem uma temática ainda em crescimento no que se refere ao desenvolvimento de estudos empíricos. Com base na teoria da vinculação, o processo de institucionalização pode ser acompanhado de sentimentos de perda, abandono e solidão, na medida em que implica o confronto com a realidade de negligência e insensibilidade parental (Mota e Matos, 2010), pondo em risco a qualidade da vinculação. A carência de uma base segura potencia um mecanismo de insegurança emocional que poderá estimular um desenvolvimento desadaptativo (Grossmann & Grossmann, 2004).

Hukkanen, Sourander, Bergroth e Piha (1999) apresentam um estudo com jovens institucionalizados em que fazem referência aos fatores de risco inerentes ao desenvolvimento psicossocial dos jovens, pelo que as dificuldades encontradas nas experiências anteriores no seio familiar, nomeadamente um acumular de experiências de separação e eventos traumatizantes como os maus-tratos ou negligência, estariam significativamente associados com os distúrbios emocionais e comportamentais, tratando-se de jovens mais vulneráveis.

Jovens com uma vinculação insegura procuram, na maioria das vezes, conforto na sensação de realização própria, autoridade sobre si e liberdade para decidir. A procura de independência e autonomia excessivas revela na verdade insegurança e fragilidade, jovens incapazes de superar as barreiras de forma adaptativa. Estudos

empíricos realizados com jovens cuja vinculação foi classificada como desorganizada na Situação Estranha indicam mais tarde um risco acrescido de desenvolver dificuldades a nível comportamental, incluindo internalização e externalização de comportamentos com figuras externas ao meio familiar (Carlson, 1998).

Uma vinculação insegura impele, muitas vezes, os jovens a procurarem alternativas de sobrevivência, bem como a criação de “barreiras” afetivas como mecanismos de defesa para evitar o sofrimento. Sente-se que se torna mais simples para o jovem refugiar-se no silêncio, indiferença e afastamento, criando obstáculos à abertura e entrega de si mesmo enquanto ser emocionalmente vivo, um reflexo às consequências que os sentimentos de rejeição e insegurança lhe podem conferir, caso não se sinta emocionalmente aceite.

Dell’Aglia e Hutz (2004) apresentam um estudo com 215 jovens institucionalizados sublinhando as diferenças nas variáveis de depressão e desempenho escolar comparativamente com jovens institucionalizados. Os resultados apontaram para uma maior incidência de indicadores depressivos em jovens do sexo feminino em institucionalização; por outra parte, os jovens institucionalizados em geral, apresentavam uma média mais baixa no desempenho geral. Esses resultados indicaram a necessidade de estratégias e atendimento específico para as necessidades dos jovens institucionalizados no intuito de melhorar o desempenho escolar e prevenir a depressão entre as raparigas.

Nesta medida, os jovens institucionalizados experienciam reações que podem ser interpretadas como sinais de estresse, paralelamente com mecanismos de defesa, estando suscetíveis a sofrer perturbações desenvolvimentais se a institucionalização se prolongar. O isolamento tendencialmente gera ansiedade e outros sentimentos de dor, incluindo raiva e depressão. A privação completa de cuidados primários e apoio afetivo, que comprometem a qualidade das representações de vinculação, pode ter um efeito permanente no desenvolvimento da personalidade e na capacidade de formar, sustentar e desfrutar das relações (Marrone, 1998).

Estes e outros estudos realizados demonstram que a institucionalização precoce poderá lentificar o processo de desenvolvimento emocional, social e físico, e pode afetar negativamente a capacidade de uma transição pacífica de um estágio de desenvolvimento para outro. Isto aumenta o risco de perturbações psiquiátricas na vida adulta, bem como o risco de perturbação nas funções sociais e comportamentais quando mais velhas (Eapen, 2009).

Muito embora a institucionalização possa representar, em muitos casos, um processo negativo, percebe-se também que as vivências pessoais que a antecedem, emocionais e sociais a que os adolescentes foram sendo expostos podem gerar suscetibilidades que se agravam face a fatores de risco (Mota e Matos, 2008). Por este motivo, a análise e compreensão cuidadosa da história de vida destas crianças torna-se crucial e proporciona uma base informativa para o modo de intervenção junto das mesmas. Torna-se relevante a identificação de fatores protetores relacionados com as circunstâncias contextuais e necessidades emocionais do passado e presente destes jovens, na tentativa de atenuar os fatores de risco frequentemente associados à institucionalização (Mota e Matos, 2010).

No entanto, mesmo quando em presença de cenários de maus tratos, ou da percepção de negligência parental, seja ela de qualquer ordem, percebe-se que para os jovens, o estar inserido num seio familiar é de alguma forma um fator de organização interna e de proteção (Magalhães, 2004). Assim, considera-se que conceber o modo como estes jovens encaram a instituição é fundamental no seu percurso desenvolvimental psíquico e emocional.

Uma forma de ultrapassar os fatores de risco inerentes ao processo de institucionalização seria o estabelecimento progressivo de ligações afetivamente duradouras com figuras significativas alternativas disponíveis para dar respostas pessoais, afetivas e sociais de qualidade, conduzindo a um desenvolvimento e a uma adaptação resiliente. As experiências relacionais com estas figuras cuidadoras poderiam proporcionar uma organização interna que promove o desenvolvimento de modelos internos dinâmicos mais positivos de si e dos outros nos jovens. De entre estas figuras apontamos a relação com os professores, os funcionários da escola, os pares e em especial os funcionários da instituição onde vivem, incluindo auxiliares, cuidadores, monitores e técnicos (Mota e Matos, 2010).

No que toca a adolescentes institucionalizados, o relacionamento professor-aluno bem como a relação funcionário da escola-aluno é muitas vezes encarado como um prolongamento e em alguns casos como compensatório face às vicissitudes destas (Davis, 2003). Estas figuras tornam-se mais ativas e mesmo fundamentais no processo de regulação emocional e de integração psicossocial promovendo as competências dos jovens e permitindo ao mesmo tempo uma maior liberdade na expressão das emoções experienciadas. A percepção dos jovens de que os adultos estão disponíveis para estabelecer uma relação é extremamente positiva no alcance das metas traçadas sejam

elas a nível académico, social ou emocional (Wentzel, 2002). As relações estabelecidas neste contexto podem alcançar a satisfação em muitas das dimensões vinculativas necessárias, conferindo ao jovem um maior sentimento de confiança. Todavia esta ligação depara-se muitas vezes com dificuldades que se prendem com a despersonalização e falta de disponibilidade pessoal por parte dos adultos, o que inviabiliza a qualidade das relações com os jovens. Tal como apontam Yunes, Miranda, e Cuello (2004), muitas instituições apresentam um quadro de recursos humanos em número insuficiente, o que pressupõe dificuldades no cumprimento das tarefas e no atendimento às necessidades exigentes destas crianças. Por outro lado, poucos membros das equipas possuem especialização e, portanto, descumrem a importância da prestação de cuidados emocionais e da educação para o crescimento psicológico enquanto objetivos primários do trabalho institucional. Ao mesmo tempo, e tal como aponta Carvalho (2002), o esquema de trabalho associado a um elevado absentismo, à rotatividade de funcionários e, ainda, a uma grande desproporcionalidade de número de jovens para um só cuidador, parecem dificultar a formação de vínculos estáveis e seguros.

A literatura citada acima demonstra que a institucionalização poderá ter um impacto negativo em múltiplas áreas da vida da criança, incluindo crescimento físico, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento social, desenvolvimento emocional, vinculação, níveis de inteligência, funcionamento ocupacional posterior, perturbações psiquiátricas enquanto adulto, e funcionamento comportamental.

Existem, porém, diversos estudos que têm demonstrado vivências positivas e saudáveis em instituições (Dell`Aglia, 2000; Freire, Koller, Piason & Silva, 2005; Moraes, Leitão, Koller & Campos, 2004), uma vez que apesar de serem definidos *a priori* como ambiente de risco, também possuem em alguns casos, uma organização e estrutura que favorecem o desenvolvimento humano. A possibilidade dos jovens construírem relações estáveis e satisfatórias com o professor e outros adultos dentro da própria instituição pode fomentar a sensação de ser aceite, reforçando o sentimento de pertença e desenvolvendo um processo resiliente. Fonseca (1995) demonstrou que, muitas vezes, o internamento em uma instituição torna-se uma estratégia para resolver problemas familiares. Também Santos e Bastos (2002) assinalam que a instituição, enquanto novo contexto de desenvolvimento, pode oferecer recursos aos adolescentes para a construção de respostas socialmente válidas para enfrentar as adversidades.

Existem estratégias válidas e que têm demonstrado sucesso e que podem ser implementadas com o objetivo de ajudar as crianças nas instituições. Uma estratégia

que vise melhorar a situação das crianças institucionalizadas poderá ser a implementação de programas que estimulem a consciencialização da importância da qualidade dos cuidados nas instituições (Eapen, 2009).

Hellinckx e Colton (1993) salientam a crescente importância da profissionalização dos apoios na institucionalização, a proteção social de crianças e jovens enquanto área a valorizar, introduzindo padrões de qualidade de serviços e o estudo das necessidades dos jovens por forma a adequar perfis de atuação. Quando estão reunidas as condições necessárias ao jovem de se sentir cuidado e protegido, ele estará mais disponível para estabelecer relações afetivas de qualidade. Só desta forma se poderá assistir a uma mudança na forma de encarar a vida por parte destes jovens, deixando de lutar pela sobrevivência para passar a ter objetivos de vida com metas afetivas sem limite.

1.2. Teoria da vinculação

A Teoria da Vinculação trata o desenvolvimento da personalidade no contexto das relações íntimas (Howe, Schofield, Brandon & Hinings, 1999) e surgiu da reflexão e observação de Bowlby acerca do efeito de determinadas experiências familiares, nomeadamente a privação materna, na etiologia das perturbações psicopatológicas da infância (Bowlby, 1958; Klagsbrun & Bowlby, 1976). Através da sua metodologia inovadora, os trabalhos de Ainsworth permitiram a demonstração empírica de alguns pressupostos teóricos de Bowlby, bem como foi responsável pela expansão da teoria. Esta autora contribuiu também com o conceito de *attachment figure* (figura de vinculação) como base segura através da qual as crianças adquirem os recursos necessários à exploração do mundo. Por outro lado, ela formulou o conceito de *maternal sensitivity* (sensibilidade materna) aos sinais da criança e o seu papel no desenvolvimento do padrão de vinculação mãe-bebé. (Bretherton, 1992).

Nos primeiros tempos de vida, os comportamentos da criança estão em interação inevitável com os comportamentos recíprocos da figura materna e esta primeira vinculação irá marcar o início da sua história individual de desenvolvimento (Grossmann, Grossmann & Zimmermann, 1999). Se ocorrerem perturbações durante o desenvolvimento da relação de vinculação, poderão surgir reações psicopatológicas, mais frequentes em crianças que residem em meios atípicos, tais como ambientes institucionais; ambientes emocionalmente pobres, entre outros (Benavente, 2010).

Embora a permanência em instituições possa ser um importante fator de risco, os efeitos prejudiciais podem ser diminuídos através de cuidados maternos prestados por uma substituta (Bowlby, 1981).

O método da Situação Estranha elaborado por Ainsworth, que inicialmente permitia determinar três padrões de vinculação: (seguro, evitante e ambivalente), viabilizou, mais tarde, a identificação da vinculação designada por caótica ou desorganizada (Main, 2000). Este método permitiu o desenvolvimento da Teoria da Vinculação e a sua difusão por outras vias, sendo que ainda hoje persiste como objeto de estudo sobre os mais variados temas do desenvolvimento humano.

1.2.1. As representações da vinculação

A natureza e consistência das relações emocionais construídas desde os primeiros anos de vida assumem relevância fundamental no processo de desenvolvimento psicológico da criança e do jovem. Estudos realizados por Mary Ainsworth provam que a noção de figura de vinculação torna-se um marco para o desenvolvimento da criança enquanto futuro adolescente e adulto. A proximidade e a capacidade de acolher dar e cuidar evidenciam-se na forma como a criança tolera as adversidades, que podem ir desde a separação física pontual, doenças ou perdas de figuras importantes.

À medida que a criança vai crescendo vai também construindo uma personalidade cada vez mais complexa e diversificada, influenciada pelas construções internas de si, dos outros e do mundo que a rodeia. Este conjunto de representações ou modelos internos dinâmicos começa a ser formado nos primeiros meses de vida através da vinculação às figuras cuidadoras.

Com base nas experiências da sua relação de vinculação, a criança vai construindo modelos internos de funcionamento que refletem o conhecimento e as expectativas acerca da figura de vinculação em termos da sua acessibilidade, responsividade, consistência e previsibilidade (Ainsworth et al., 1978; Bowlby, 1980, 1989; Meins, 1997). A construção destes modelos tem início logo à nascença e vai evoluindo ao longo do percurso de vida do indivíduo (Klohn & Bera, 1998; Griffith, 2004, citado por Benavente, 2010), na medida em que irão incorporar experiências decorrentes de relações posteriores (Hazan & Shaver, 1987).

As representações da vinculação não são estáticas, podendo alterar-se de acordo com importantes transições de vida, bem como mudanças na sensibilidade e disponibilidade das figuras de vinculação (Marrone, 1998; Waters & Cummings, 2000). Para além disso caracterizam-se pela capacidade de transformação e de adaptação às características das novas etapas de desenvolvimento e contextos ao longo do ciclo de vida (Bretherton, 1999).

Assim, os modelos internos de funcionamento consistem em representações cognitivas que irão refletir o modo como o indivíduo irá apreender, interpretar e responder no contexto das interações sociais (Pietromonaco & Barrett, 1997). Estes modelos integram conteúdos específicos acerca da figura de vinculação e sobre o *self* armazenados em estruturas representacionais bem organizadas (Bowlby, 1998b, Bretherton, 1985, 1990; Collins & Read, 1990, citado por Benavente, 2010) e, além disso, estes conteúdos referem-se ao conhecimento que têm como base as experiências interpessoais e também os aspetos afetivos dessas experiências (Bretherton, 1985, citado por Benavente, 2010). Cyrulnik (2010) nomeou-os de Modelos Operacionais Internos (MOI), afirmando que constituem o modo preferencial de tratamento e resposta perante a informação apresentada. Por outras palavras, a figura de vinculação, para além da função de proteção, permite a criação de um estilo de desenvolvimento emocional e induz uma preferência/padrão de aprendizagem.

Com a entrada na escola e na fase da adolescência existem outras figuras que também podem ser relevantes para a construção de uma base segura. O jovem é confrontado com novas exigências e tarefas desenvolvimentais, que desafiam as suas capacidades de adaptação. Adolescentes com uma base segura são descritos como mais capazes de desenvolver relações de qualidade com figuras significativas ao longo do seu contexto desenvolvimental (Engels, Dekovic & Meeus, 2002). A qualidade destas relações, por sua vez, potencia o desenvolvimento de competências pessoais e sociais que traduz uma perceção positiva dos adolescentes.

Knox (1999, 2001, citado por Benavente, 2010) defende que os modelos internos de funcionamento na infância dificilmente podem mudar, uma vez que a sua aplicação se vai tornando automática e inconsciente por parte do indivíduo (Bowlby, 1998b, citado por Benavente, 2010). Contudo, as mudanças das circunstâncias de vida têm sido apontadas como determinantes para a mudança ao nível dos modelos internos de funcionamento (Pietromonaco et al., 2000a, Cassidy, 2000). Estas mudanças tendem a ocorrer quando as alterações sociais vividas pela criança entram em contradição, de

modo significativo, com o modelo pré-existente e decorrem do reajustamento ao nível das representações (Bureau et al., 2006, citado por Benavente, 2010). Estas distorções são, segundo o modelo proposto (Crittenden, 2002, 2005a), estratégias que, do ponto de vista do desenvolvimento, têm funções de autoproteção.

A aquisição dos recursos internos impregnados no temperamento, desde os primeiros anos, durante as interações precoces pré-verbais explicará, segundo Boris Cyrulnik (2001), a maneira de reagir perante as adversidades encaradas ao longo do percurso de vida, criando mais ao menos suportes sólidos de desenvolvimento.

1.3. A resiliência

As origens do conceito de resiliência surgiram no campo da Medicina, contudo a sua investigação no contexto das ciências comportamentais emergiu em 1970 (Cicchetti, 2006; Cicchetti & Curtis, 2006; Masten, 2007, 2011; Masten & Obradovic, 2006). Verificam-se três fases na emergência da investigação em Resiliência. A primeira, em que os cientistas procuraram compreender e prevenir o desenvolvimento da psicopatologia (Masten, 2011; Masten & Obradovic 2006). Estes investigadores pioneiros reconheceram a sua importância em crianças que progrediam bem sob condições de risco (Masten & Obradovic, 2006). A segunda fase focou-se na deteção de processos e sistemas regulatórios que funcionavam como fatores protetores associados à resiliência (Masten & Obradovic, 2006). A terceira fase surgiu devido à necessidade urgente de criação de condições de bem-estar no desenvolvimento das crianças que cresciam sob adversidades, focando-se na promoção de resiliência através da prevenção, intervenção e política.

A primeira vez que a Resiliência terá sido referida no campo da Psicologia, ocorreu através da utilização do conceito de Resiliência do Ego, que pode ser definida como as ligações entre as estruturas do ego envolvidas no controlo e regulação dos impulsos e que mantêm o sistema da personalidade dentro de limites defensáveis ou permite a descoberta de novas formas adaptativas. Trata-se da predisposição do indivíduo, não só para a ausência de vulnerabilidade à ansiedade, mas também para uma adaptação positiva com o mundo, manifestada através de afeto positivo (Tellegen, 1985, citado por Block & Kremen, 1996) e abertura à experiência (Block & Kremen, 1996).

Do ponto de vista da biologia e das neurociências, os mecanismos neurobiológicos, cognitivos e psicológicos associados a uma conduta resiliente são regulados pelo sistema biológico no qual o cérebro desempenha um papel central. Neste

contexto, a adversidade pode definir-se como o conjunto de respostas de um organismo perante uma mudança e estímulos que afetam a homeostase, o equilíbrio dinâmico. Por um lado, elevados níveis de stress constituem um mecanismo fisiológico necessário durante uma fase aguda da adversidade, contudo, o stress crónico induz alterações químicas cerebrais e no funcionamento de todo o organismo. Assim, o cérebro é considerado um sistema dinâmico com capacidade de modificação da sua estrutura e função de acordo com as necessidades percebidas. A este fenómeno, dá-se o nome de plasticidade neuronal, que tem vindo a ser estudado nos últimos 15 anos (Masten, A., Monn, A. & Supkoff, L., 2011).

De acordo com Fergus e Zimmerman (2005), um requisito fundamental para a presença de resiliência é a presença de risco e fatores protetivos, que ajudam a promover condutas positivas ou a redução de condutas negativas. A teoria da resiliência está focada nos recursos e potencialidades do indivíduo em oposição aos défices, foca-se, portanto, na compreensão de um desenvolvimento saudável e nos resultados adaptativos, em detrimento à exposição ao risco (Masten, 2001).

Assim, as definições de resiliência remetem para dois tipos de reações de adaptação: o desenvolvimento normativo apesar dos riscos e o domínio de si após o traumatismo. Anaut (2005) designa resiliência como a arte de o indivíduo se adaptar às situações adversas, biológicas e sociopsicológicas, desenvolvendo capacidades ligadas aos recursos internos, intrapsíquicos e externos, ambiente social e afetivo, que permitem aliar uma construção psíquica adequada à inserção social. A resiliência em psicologia é muitas vezes definida como a capacidade de ser bem-sucedido, de viver e se desenvolver positivamente, de forma socialmente aceitável, apesar do stress ou de uma adversidade que normalmente implica o risco grave de um resultado desadaptativo (Cyrulnik, 1999).

Tradicionalmente o risco é concebido como um marcador ou fator preditivo de acontecimentos indesejáveis num dado contexto, afetando o desenvolvimento considerado normal da criança ou jovem (Cowan, P., Cowan, C. & Schulz, 1996). No entanto, mesmo em populações consideradas de risco, existem indivíduos mais suscetíveis do que outros a serem afetados, nomeadamente pela emergência de fatores biológicos, características de personalidade, condições socioculturais, ou o próprio ambiente familiar. A presença/ausência ou a qualidade de cada um desses fatores pode fazer com que a situação de risco se torne eminente (Marques-Teixeira, 2000).

Na maioria dos estudos sobre a resiliência preponderam as teorias sobre a vinculação na abordagem da construção da resiliência da criança. De acordo com estudos sobre as ligações entre os estilos de vinculação e a constituição da resiliência, desenvolvida amplamente na literatura anglo-saxónica, os estilos de vinculação desempenham um papel fundamental na construção da resiliência dos sujeitos (Anaut, 1999). Ressalta-se porém, que uma base segura não é sinónimo de invulnerabilidade, já que os jovens não estão imunes face aos acontecimentos de vida adversos (Cowen & Work, 1988).

Apesar das controvérsias conceituais e metodológicas, os resultados das investigações em resiliência têm sido amplamente consistentes (Garnezy, 1985; Luthar, 2006; Masten, 2001, 2011), convergindo num relativo consenso de identificação de fatores fortemente relacionados com a presença deste atributo nos sistemas que envolvem as crianças e adolescentes, proporcionando a compreensão sobre a sua importância para uma adaptação positiva (Masten, 2001). De entre esses fatores protetores, nomeiam-se a prestação de cuidados de qualidade e relacionamentos próximos com outras pessoas competentes e pro-sociais, que se inserem no sistema familiar e de vinculação; inteligência e capacidade de resolução de problemas que se enquadra no sistema cognitivo; capacidade de autorregulação, autoeficácia e autoperceção positiva, que fazem parte do sistema de regulação e controlo do *self*; esperança, fé e associações religiosas embutidas no sistema motivacional transcendente; bem como uma estrutura escolar eficaz proporcionado pelo sistema educacional da comunidade.

Alguns investigadores consideram que as primeiras experiências relacionais precoces, nomeadamente com a mãe, são contudo, os fatores primordiais para o desenvolvimento precoce do processo resiliente. Segundo os trabalhos de Fonagy e colaboradores (1994), a capacidade de resiliência parece estar ligada a uma vinculação do tipo seguro. Contudo, Fonagy acrescenta que o ambiente relacional precoce contribui antes de mais para desenvolver no indivíduo um sistema de tratamento da informação, o que irá constituir os “Mecanismos Interpretativos Interpessoais”. Estes mecanismos correspondem à capacidade do indivíduo para representar estados internos complexos de si e do outro, diferenciando os estados psicológicos de si e dos outros, o que irá contribuir para o estabelecimento de relações interpessoais produtivas.

Assim, a teoria da vinculação prevê que as crianças vinculadas de modo seguro nos primeiros anos de vida e que posteriormente vivenciam circunstâncias traumáticas

apresentam menor risco de desenvolver uma perturbação, por comparação com crianças que estabeleceram uma vinculação insegura nos primeiros tempos de vida (Benavente, 2010). Uma criança que desenvolva uma vinculação segura (65%) possui um melhor prognóstico de desenvolvimento e uma melhor resiliência, uma vez que, em caso de adversidade, já terá adquirido um comportamento de sedução que entenece os adultos e os transforma, assim, em base de segurança. As vinculações evitantes (25%) mantêm à distância os responsáveis que gostariam de tratar deles. Quanto às vinculações ambivalentes (15%) e desorganizadas (5%), são de mau prognóstico, visto que os adultos se separam delas ou as rejeitam, de tal modo estas crianças são difíceis de amar.

Todavia, estes estilos só duram enquanto duram os contextos, numa família, numa instituição ou numa cultura será difícil retirar um rótulo e os hábitos relacionais só poderão reforçar-se. Por outro lado, num contexto mais amplo, as forças de moldagem estão em constante mudança, sendo que os circuitos sociais influenciam fortemente o estilo relacional da criança (Cyrulnik, 2010).

No caso de um estilo de vinculação seguro, a moldagem precoce das emoções permite à criança desenvolver um temperamento, um estilo comportamental que lhe concede os recursos internos necessários para enfrentar a experiência traumática, ou seja, o ambiente precoce que a envolvia soube regular as reações emocionais do bebé. Sob uma vinculação segura, a criança tranquilizada pela mãe, explora o seu mundo e, em caso da ausência da mesma, saberá inventar um objeto tranquilizante ou procurar um adulto que lhe servirá de figura de vinculação. Poderá desta forma iniciar a construção de um ego resiliente (Cyrulnik, 2010). No entanto, permanece pouco claro até quando a criança necessita desta vinculação segura, para que esta possa atuar de forma protetora (Benavente, 2010).

Uma criança não é resiliente por si só, terá de encontrar um objeto que convenha ao seu temperamento para se tornar resistente. De tal modo que se pode ser resiliente com uma pessoa e não com outra, reiniciar o desenvolvimento num ambiente e fracassar noutro. A resiliência é um processo constantemente possível, com a condição de que a pessoa em curso de desenvolvimento encontre um objeto significativo para ele.

Crianças com um estilo relacional evitante, ambivalente ou embotado quando se deparam com circunstâncias traumáticas ou quando um vínculo se desfaz, têm dificuldade em encontrar no novo ambiente os elementos necessários ao reinício do seu desenvolvimento. Estas precisam de conhecer adultos suficientemente disponíveis para lhes dar apoio apesar das dificuldades de vinculação. Por vezes é preciso que

determinados cuidadores ou responsáveis se submetam a uma formação profissional para entrarem no mundo destas crianças e permitir-lhes construir uma resiliência.

Assim, Boris Cyrulnik (2010) acrescenta que associada à aquisição de recursos internos afetivos e comportamentais durante os primeiros anos de vida, a possibilidade de encontrar lugares de afeição, de atividades e de palavras que a sociedade por vezes dispõe em redor do sujeito “magoado” poderá oferecer os suportes de resiliência que lhe permitirão reiniciar um desenvolvimento transformado pela circunstância traumática.

Fergusson e Lynskey (1996), pretendendo avaliar a resiliência de adolescentes face a fatores adversos do contexto familiar, verificaram que variáveis individuais (inteligência, auto-estima, auto-eficácia etc.) em associação com o estabelecimento de ligações de segurança parecem distinguir-se como fatores protetores face ao risco. Nessa medida, torna-se impossível dissociar fatores contextuais de fatores individuais e relacionais.

A resiliência não deve ser entendida como uma característica pessoal exclusiva de alguns indivíduos (como fatores de personalidade ou a inteligência), mas sim enquanto um constructo longitudinal que se traduz num processo que não deve ser separado do percurso desenvolvimental dos adolescentes (Luthar, Cicchetti & Becker, 2000). Será então mais correto falar em processos resilientes que resultam da adaptação de jovens a acontecimentos adversos tendo em conta fatores individuais, relacionais e contextuais (Cyrulnik, 2001).

Só desta forma podemos descrever jovens que atravessam situações de risco e possuem apesar de tudo estabilidade e recursos psicológicos, assim como capacidades interpessoais que os tornam capazes de responder de forma adaptativa às adversidades (Cowan, P., Cowan, C., & Schulz, 1996). A forma como o jovem lida com as dificuldades reporta-se ao âmbito experiencial e ao significado que retira dessas experiências. A significação desenvolve-se mediante a perceção das vivências, quer sejam positivas ou negativas, assim como a resposta que está capaz de dar. O jovem cria, dessa forma, configurações experienciais compostas de perceções relativas a si, às relações de si com o outro, com o meio e com a vida em geral, criando significados face às diversas apreensões realizadas durante as vivências (Rogers & Kinget, 1975).

II - Objetivo e hipóteses

2.1. Objetivo

A presente investigação pretende avaliar a relação entre as representações de vinculação e o seu contributo para a capacidade de resiliência em adolescentes institucionalizados.

2.2. Hipótese Geral

Tendo em conta a possibilidade de os estilos de vinculação poderem favorecer a resiliência dos adolescentes institucionalizados, propõe-se a seguinte hipótese geral:

A representação da vinculação em adolescentes institucionalizados dá um contributo significativo para a explicação da variância estatística da resiliência.

III – Metodologia

3.1. Definição das variáveis

3.1.1. Variável dependente: resiliência

A capacidade de o indivíduo se adaptar às situações adversas, biológicas e sociopsicológicas, desenvolvendo capacidades ligadas aos recursos internos, intrapsíquicos e externos, ambiente social e afetivo que permitem aliar uma construção psíquica adequada à inserção social (Anaut, 2005).

3.1.2. Variável independente: representação da vinculação

Modelos internos de funcionamento que refletem o conhecimento e as expectativas acerca da figura de vinculação em termos da sua acessibilidade, responsividade, consistência e previsibilidade (Ainsworth et al., 1978; Bowlby, 1980, 1989; Meins, 1997).

3.2. Participantes

O presente estudo tem como participantes adolescentes institucionalizados, em regime de longa duração, com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos de idade do sexo masculino. A amostra foi recolhida em três instituições, nomeadamente, 8 sujeitos na *Fundação O Século*, 14 sujeitos na *Obra do Ardina* e 9 n^o *O Aconchego*.

Tal como se pode observar na Tabela I, a média de idades relativamente à amostra recolhida é de 15.31 anos (SD = 0.40) no momento da aplicação, tal como se pode observar na Tabela I.

Tabela I. Estatística descritiva dos participantes

	M	m	Dp	Máx	Mín
Idade no momento da aplicação	15.31	15.00	2.13	19.00	11.00
Número de anos de estudo com sucesso	5.72	6.00	1.87	9.00	0.00
Idade no momento da institucionalização	8.79	9.00	4.56	17.00	1.00
Número de irmãos	2.41	2.00	2.11	8.00	0.00

No início da institucionalização, os adolescentes tinham em média 8.79 (SD = 0.85) anos de idade, apurando-se que o sujeito mais novo no momento da institucionalização tinha 1 ano e o mais velho 17 anos de idade. Quanto aos anos de estudo com sucesso, a maioria destes jovens cumpriu em média 5.72 (SD = 0.35) anos de escolaridade.

Quanto ao estatuto socioeconómico (Tabela II) da família de origem dos sujeitos, apura-se que 54.8% das mesmas se situam num nível 4.

Tabela II. Distribuição dos participantes segundo o Estatuto Socioeconómico*

Nível	Frequência	%
1	1	3.2
2	1	3.2
3	7	22.6
4	17	54.8
5	5	16.1
	31	100.0

*Graffar: Nível 1 – superior; Nível 2 – médio superior; Nível 3 – médio; Nível 4 – médio inferior; Nível 5 – inferior.

3.3.1. Procedimento

Após consentimento informado dirigido à Direção de cada instituição, prosseguiu-se a aplicação coletiva dos instrumentos e QSD aos participantes, em formato papel, mediante explicação das instruções individualmente.

Todos os sujeitos foram informados de que lhes seria atribuído um código de identificação, de modo a salvaguardar a confidencialidade das respostas dadas. No final, procedeu-se à explicação do propósito da investigação, informando a disponibilidade posterior dos resultados na dissertação de Mestrado, tanto aos adolescentes como aos responsáveis da instituição.

Os protocolos foram codificados numericamente, de forma a organizar os dados sem identificar, em qualquer momento, as participantes, tendo os Consentimentos Informados sido conservados separadamente.

3.4. Operacionalização das variáveis

3.4.1. As representações da vinculação

O Questionário de Vinculação à Mãe e ao Pai (FMAQ, Matos, Almeida & Costa, 1997) é um instrumento de auto-relato construído para avaliar as representações de vinculação na relação com as figuras parentais, baseado na perspectiva de Ainsworth (1989) e de Bowlby (1973, 1977).

Este questionário baseia-se nas contribuições teóricas de John Bowlby (1969/91, 1973, 1977, 1980) e de Mary Ainsworth (1982, 1989, 1991; Ainsworth & Bowlby, 1991), bem como na proposta de Kim Bartholomew de avaliação da vinculação no adulto (1990; Bartholomew & Horowitz, 1991). Assim, um conjunto de itens foi gerado, de acordo com seis dimensões conceptuais da vinculação (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1973, 1977), nomeadamente a procura de proximidade, o porto seguro, a ansiedade de separação, o medo da perda, a admiração e a base segura. Para além disso, ao longo destas seis componentes, os itens foram construídos de modo a traduzir os quatro padrões de vinculação de Bartholomew: seguro, preocupado, desinvestido e receoso (Bartholomew & Horowitz, 1991).

A estrutura fatorial do QVPM organiza-se em três dimensões relativas à relação de vinculação com cada uma das figuras parentais: *qualidade do laço emocional*, *inibição da exploração e individualidade* e *ansiedade de separação*, cada uma composta por 10 itens.

Qualidade do laço emocional - importância da figura parental como figura de vinculação, sendo percebida pelo indivíduo como única e fundamental para o seu desenvolvimento, à qual irá recorrer em situações de dificuldade e com quem projeta uma relação duradoura.

Inibição da exploração e da individualidade - Concerne à percepção do indivíduo relativamente às restrições da expressão da individualidade própria. Estas podem exteriorizar-se quer seja pelas dificuldades sentidas na manifestação de pontos de vista ou opiniões divergentes da figura parental, quer seja pela ausência de apoio a iniciativas de exploração, quer ainda pela interferência indesejada em questões que o indivíduo considera pessoais.

Ansiedade de Separação - Esta dimensão permite aceder à percepção do indivíduo relativamente a experiências de ansiedade e medo da separação da figura parental de vinculação, que poderão ser reveladoras de uma relação de dependência.

Desde o seu desenvolvimento original, a escala foi revista e utilizada em muitos estudos independentes. Os resultados dos estudos psicométricos e de validação indicam que o QVPM é uma medida válida e de confiança para estudar as representações de vinculação na adolescência em países de língua portuguesa.

Especificamente quanto à validade, o instrumento na sua versão final apresenta valores de consistência interna (*alpha* de Cronbach) das dimensões bastante adequados, entre .76 e .92 para as dimensões referentes à mãe, e entre .78 e .95 para as dimensões que correspondem ao pai, garantindo-se deste modo que cada um dos itens se correlaciona com aqueles que teoricamente lhe estão adjacentes numa escala ou subescala.

Adicionalmente, o Questionário de Vinculação à Mãe e ao Pai constitui-se como um recurso útil ao trabalho psicoterapêutico, destinando-se, igualmente, a ser utilizado em contextos clínicos (Matos, 2002).

É pedido aos participantes, adolescentes ou jovens adultos, que identifiquem a resposta que melhor exprime o modo como se sentem com cada um dos seus pais no momento atual, posicionando-se numa escala de *Likert* de 6 pontos que varia de acordo com as seguintes alternativas: *Discordo totalmente*, *Discordo*, *Discordo moderadamente*, *Concordo moderadamente*, *Concordo*, *Concordo totalmente*.

O questionário está organizado em duas colunas de resposta, separadamente para o pai e para a mãe. Apesar de nos itens se usar a formulação “pais”, explicita-se nas instruções que os participantes deverão responder separadamente para cada um dos pais.

A cada alternativa de resposta é atribuída uma pontuação de 1 a 6, respetivamente, sendo que a média resulta do somatório dos itens dividido por 10. Este questionário não permite aceder a um valor único da vinculação aos pais, mas remete para uma abordagem tridimensional da vinculação para cada uma das figuras parentais.

3.4.2. A resiliência

3.4.2.1. A escala original

A Escala de Resiliência foi construída a partir de um estudo qualitativo desenvolvido por Wagnild e Young (1990) com 24 mulheres que se haviam adaptado de forma bem-sucedida face a situações de vida adversas. A cada mulher foi pedido que descrevesse como se organizava perante eventos negativos. Nas suas narrativas foram identificadas 5 componentes que, segundo as autoras, constituem a resiliência: perseverança, autoconfiança, sentido de vida e auto-suficiência. Os itens estão organizados numa escala de 7 pontos, entre *1 – Discordo totalmente* e *7 – Concordo totalmente*. Todos os itens estão descritos de forma positiva e refletem exatamente as frases feitas pelos participantes. As pontuações possíveis variam entre 25 e 175, sendo os valores mais elevados traduzidos em níveis mais elevados de resiliência.

Vários estudos revelam uma consistência interna aceitável e uma boa estabilidade temporal. Da análise dos componentes principais resultaram dois factores centrais: Competência Pessoal e Aceitação de Si Próprio e da Vida.

3.4.2.2. Adaptação da ER à cultura portuguesa

O processo de validação de um instrumento deve agrupar um conjunto de procedimentos que garantam que a versão utilizada na cultura para que está a ser validada mede de forma apropriada (validade, sensibilidade e fidelidade) os conceitos em estudo: equivalência linguística, conceptual e psicométrica.

O processo de tradução da Escala de Resiliência para a cultura portuguesa foi desenvolvido por vários juízes com domínio nas duas línguas e conhecimento sobre o conteúdo e a amostra do estudo. Esta versão foi revista e analisada por um painel de peritos para efetuar a análise das equivalências semântica, idiomática e conceptual dos itens do instrumento. Após esta revisão, a nova versão foi ainda avaliada por um terceiro tradutor e depois pelas autoras da escala original, de que resultaram ainda algumas alterações.

Após todo este processo, procedeu-se a um estudo piloto (pré-teste) com 15 alunos de uma mesma escola de forma a verificar que os indivíduos compreendiam as questões e que não encontravam dificuldades em responder.

Quanto ao estudo, selecionou-se uma escola e as turmas através de uma amostragem não probabilística, sendo a escolha dos alunos foi efetuada por conveniência, pela disponibilidade dos mesmos. A amostra abrangeu um total de 215 alunos que participaram voluntariamente, com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos.

A um pequeno grupo da amostra, constituído por 30 alunos, foi ainda aplicado o questionário num segundo momento, com o objetivo de estudar a sua reprodutibilidade (fidelidade teste-reteste)

Inicialmente optou-se pela conservação dos 25 itens e procurou-se manter o seu sentido e significado original. A fim de estudar a homogeneidade e procurou-se manter o seu sentido e significado original, calcularam-se as correlações entre o item e o valor global, bem como o Alfa de Cronbach.

O item 5 apresentou uma correlação baixa, pelo que se conclui não ser um bom item, uma vez que o Alfa de Cronbach da escala aumenta ligeiramente quando o mesmo é retirado. Manteve-se no estudo fatores que explicam a variância total em mais de 5%, seguindo a mesma estratégia utilizada pelas autoras da escala. Esta solução resultou em 5 fatores, explicando 46.04% da variância.

Analizou-se, finalmente, a possibilidade de diferenças significativas entre os valores obtidos pela classe de baixa resiliência ($p < 25$) e elevada resiliência ($p > 75$), em todos os itens através do teste *t-student* para duas amostras independentes, que permite comparar as médias de dois grupos de casos na mesma variável. Constatou-se que existiam diferenças estatisticamente muito significativas ($p > 0,01$) na comparação de níveis de resiliência entre os 2 grupos em todos os 24 itens, o que indica que todos os itens têm capacidade de discriminação, logo o instrumento é sensível a diferenças significativas entre as médias dos indivíduos que obtiveram baixa resiliência e elevada resiliência.

Num subgrupo de 30 indivíduos, estudou-se também a estabilidade temporal da escala, através do teste-reteste. O valor da *correlação de Pearson* ($r_{215} = .717$; $p < .001$) indicaram que a escala apresenta uma boa estabilidade temporal.

As cinco características de resiliência que constituem o fundamento conceptual da Escala de Resiliência são: **a)** a perseverança ou o ato de persistência apesar da adversidade ou desânimo/desaprovação, conotando uma vontade de continuar a lutar por uma reconstrução da vida e permanecer envolvido no centro da adversidade (capacidade de continuar apesar dos contratempos); **b)** a equanimidade é uma perspetiva

de vida e de experiências equilibrada, moderando as respostas extremas à adversidade (aqueles que possuem capacidade de equanimidade evidenciam um sentido de humor apurado); **c)** significação de que a vida tem um propósito e o reconhecimento de que é algo para que se vive (aqueles que são autoconfiantes acreditam em si próprios; conhecem e confiam nos seus recursos pessoais e capacidades e baseiam-se em sucessos passados para suportar e talvez guiar as suas ações) e finalmente **d)** a solidão existencial é a compreensão de que cada pessoa é única e enquanto algumas experiências podem ser partilhadas, outras devem ser encaradas sozinho (com a solidão existencial obtém-se uma sensação de individualidade e talvez de liberdade, Wagnild & Young, 1990, 1993).

O grau de confiança e a validade da Escala de Resiliência foram testados novamente numa amostra de 810 adultos de meia-idade e idosos, 48% dos quais eram mulheres. As medidas de validação incluíam depressão, moral, e satisfação de vida. Como hipotetizado, a resiliência estava positivamente correlacionada com moral e satisfação de vida e negativamente com depressão. A consistência interna de confiança continuou a ser aceitável ($\alpha = .91$). A análise fatorial indicou que a Escala de Resiliência tinha dois fatores centrais, “aceitação do self e da vida” e “competência individual” (Wagnild & Young, 1993).

A Escala de Resiliência é quantitativa e constituída por 25 itens cujas respostas se organizam em escalas de tipo-Likert de sete pontos. As normas são reportadas pelo desenvolvimento psicométrico original. O processo de administração é aplicado através da orientação para o completamento da escala e os procedimentos de cotação são os resultados combinados de todos os itens, sendo que resultados elevados significam níveis elevados de resiliência.

Os autores referem um grau de confiança aceitável de estudos prévios que utilizaram a ER, sendo que o grau de confiança α é de .91; as correlações item a item situam-se entre os .37 e os .75.

Quanto à validade de conteúdo, durante a construção da escala, os itens foram selecionados na medida em que refletiam definições aceitáveis de resiliência, a partir de entrevistas com indivíduos resilientes e a um conjunto de especialistas. Os autores indicaram uma validade aceitável dos estudos prévios que utilizaram a ER. O suporte da validade concorrente mostrou fortes correlações da ER com medidas estabelecidas dos constructos ligados à resiliência e resultados da resiliência: depressão - .37, satisfação de vida - .30, moral - .28 e saúde - 0.26.

As vantagens do instrumento prendem-se com o bom grau de confiança e validade verificadas em múltiplas aplicações da escala em ambos os sexos, múltiplas idades e grupos étnicos. As desvantagens prendem-se com a necessidade de avaliações adicionais do grau de confiança do teste-reteste. O estilo inicial dos itens era a compilação apenas com afirmações de mulheres, sendo que é necessário uma revisão do estilo dos itens.

Ainda quanto às desvantagens, questiona-se em que medida o constructo é unidimensional ou multidimensional, bem como lacunas quanto à descrição dos procedimentos de administração e procedimentos de cotação detalhados. Existe também algum risco de resultados enviesados devido à inexistência itens de cotação revertida.

3.5. Hipóteses específicas

HE1: Em adolescentes institucionalizados, a *qualidade do laço emocional*, a *inibição da exploração e da individualidade* e a *ansiedade de separação* na relação com a mãe dão um contributo significativo para a explicação da variância estatística da *perseverança*.

HE2: Em adolescentes institucionalizados, a *qualidade do laço emocional*, a *inibição da exploração e da individualidade* e a *ansiedade de separação* na relação com a mãe dão um contributo significativo para a explicação da variância estatística da *autoconfiança*.

HE3: Em adolescentes institucionalizados, a *qualidade do laço emocional*, a *inibição da exploração e da individualidade* e a *ansiedade de separação* na relação com a mãe dão um contributo significativo para a explicação da variância estatística da *serenidade*.

HE4: Em adolescentes institucionalizados, a *qualidade do laço emocional*, a *inibição da exploração e da individualidade* e a *ansiedade de separação* na relação com a mãe dão um contributo significativo para a explicação da variância estatística do *sentido de vida*.

HE5: Em adolescentes institucionalizados, a *qualidade do laço emocional*, a *inibição da exploração e da individualidade* e a *ansiedade de separação* na relação com a mãe dão um contributo significativo para a explicação da variância estatística da *autossuficiência*.

IV. Análise Estatística

Para estudar a relação entre as medidas dos dois instrumentos aplicados neste estudo irá proceder-se a análises de regressão de forma a poder explicar a variância da variável dependente, resiliência, em função da variável independente, representação da vinculação.

Conforme aparece expresso na literatura, espera-se que as representações da vinculação expressem um contributo significativo para a explicação dos domínios da resiliência selecionados a partir da Escala de Resiliência para o presente estudo. Assim, espera-se que a *qualidade do laço emocional*, a *inibição da exploração e individualidade* e a *ansiedade de separação* contenham poder explicativo sobre os níveis de *perseverança*, *autoconfiança*, *serenidade*, *sentido de vida* e *autossuficiência*.

Caso se confirmem estas tendências estatísticas, é provável que a resiliência seja fortemente influenciada pela representação da vinculação.

4.1. Resultados

Os resultados da presente investigação a seguir apresentados provêm da análise estatística através do programa SPSS 21.0 dos dados recolhidos da amostra em estudo.

Numa primeira fase, procedeu-se à testagem da normalidade das variáveis sociodemográficas e psicométricas em estudo a partir do teste Shapiro-Wilks.

De seguida, prosseguiu-se com a avaliação da consistência interna das duas escalas, o *Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe* (QVPM) e a *Escala de Resiliência* (ER) com base no parâmetro *Alpha de Cronbach*.

Procurou-se ainda identificar correlações entre as escalas QVPM e ER através da *Correlação de Pearson*.

Por fim, procedeu-se à análise de regressão entre as variáveis psicométricas a fim de se testarem as hipóteses em estudo.

4.2. Testagem da normalidade das variáveis

Tal como se pode verificar, quanto às variáveis sociodemográficas (Tabela III), apenas o número de irmãos e o número de anos de estudo com sucesso revelam um afastamento relativamente à distribuição normal ($p \leq .05$).

Tabela III. Teste de ajustamento à distribuição normal relativamente às variáveis sociodemográficas

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig
Idade no momento da aplicação	.213	29	.002	.930	29	.055
Número de anos de estudo com sucesso	.200	29	.004	.907	29	.014
Idade cronológica em anos no início da institucionalização	.138	29	.166	.961	29	.342
Número de irmãos	.164	29	.045	.875	29	.003

Como se pode observar, a testagem do ajustamento à distribuição normal relativamente às variáveis psicométricas do QVPM é apresentada na Tabela IV.

Tabela IV. Teste de ajustamento à distribuição normal relativamente às variáveis psicométricas do QVPM

QVPM (na relação com a mãe)	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig
Qualidade do laço emocional	.138	29	.168	.931	29	.057
Inibição da exploração e da Individualidade	.104	29	.200	.964	29	.422
Ansiedade de separação	.126	29	.200	.928	29	.049

A testagem do ajustamento à distribuição normal relativamente às variáveis psicométricas da ER é apresentada na Tabela V.

Tabela V. Teste de ajustamento à distribuição normal relativamente às variáveis psicométricas da ER

ER	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Statistic	Df	Sig.	Statistic	df	Sig
Perseverança	.095	29	.200	.980	29	.847
Autoconfiança	.124	29	.200	.944	29	.124
Serenidade	.169	29	.034	.941	29	.108
Sentido de Vida	.134	29	.198	.958	29	.287
Autossuficiência	.132	29	.200	.948	29	.161

Tal como se pode verificar, no QVPM bem como na ER, todas as dimensões apresentam uma distribuição normal com um $p \geq .05$.

4.3. Análise da consistência interna

4.3.1. Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (QVPM)

Na QVPM, o coeficiente é de .55 para as 3 subescalas relativas à mãe, *qualidade do laço emocional, inibição da exploração e da individualidade e ansiedade de separação*, revelando uma fiabilidade relativamente satisfatória. Quanto ao total da escala, apura-se um coeficiente de .89, um resultado bastante satisfatório, pelo que se manteve todos os itens que compõem a escala.

4.3.2. Escala de resiliência

À semelhança da QVPM, obteve-se um resultado satisfatório para as 5 subescalas da Escala de Resiliência, com um coeficiente de .63. Na sua globalidade a ER apresenta um coeficiente de .76, pelo que se revela um bom instrumento capaz de medir os parâmetros da resiliência que propõe.

4.4. Estudo das escalas

Ao estudar a informação resultante da análise descritiva das escalas em questão, podemos retirar algumas características relativamente à amostra face aos parâmetros em estudo (Tabelas VI e VII).

No Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe, o valor médio para a subescala de *ansiedade de separação* foi de 32.59, com um desvio padrão de 12.24, sendo que os resultados variam entre 9 e 50.

Na subescala de *inibição da exploração e da individualidade*, obteve-se um valor médio de 32.17, com um desvio padrão de 9.87, atingindo um mínimo de 15 e um máximo de 51.

Por fim, na *qualidade do laço emocional*, verifica-se uma média de 47.41, com um desvio padrão de 9.99, com resultados que se situam entre 26 e 60.

Tabela VI. Estatística descritiva das variáveis do QVPM

QVPM (na relação com a mãe)	N	Mín.	Máx.	M	Dp
Ansiedade de Separação	29	9.00	50.00	32.59	12.24
Inibição da exploração e individualidade	29	15.00	51.00	32.17	9.87
Qualidade do laço emocional	29	26.00	60.00	47.41	9.99

A pontuação máxima que poderia ser atingida para cada escala é de 60, relembrando que valores elevados remetem para níveis superiores de cada domínio.

Conclui-se assim, que a presente amostra obteve resultados médios em todas as subescalas do QVPM, mais precisamente, quanto aos níveis de ansiedade de separação, inibição da exploração e da individualidade e qualidade do laço emocional face à relação com a mãe. Há que ressaltar, contudo, a acentuada heterogeneidade das respostas dos sujeitos.

Tal como se pode verificar nos dados expostos na **Tabela VII**, abaixo apresentada, as 5 dimensões que constituem a Escala de Resiliência apurou-se, na subescala de *perseverança*, uma média de variância de resposta de 49.36, com um desvio padrão de 6.72. O resultado mínimo de 34 e um máximo de 63.

Na subescala de *autoconfiança*, obteve-se uma média de 32.87, com um desvio-padrão de 5.39. Os resultados situam-se entre o mínimo de 17 e o máximo de 42.

No que toca a *serenidade*, a média da consistência interna foi de 21.97, com um desvio padrão de 3.3, atingindo o mínimo de 16 e um máximo de 28.

Quanto ao *sentido de vida*, apurou-se uma média de 16.13, com um desvio padrão de 2.72, sendo que o mínimo verificado foi de 11 e o máximo 21.

Por fim, na subescala de *autossuficiência*, obteve-se uma média de 14.87, com um desvio padrão de 3.57. A variância das respostas situa-se entre um mínimo de 5 e um máximo de 20.

Tabela VII. Estatística descritiva das variáveis da ER

ER	N	Mín.	Máx.	M	Dp
Perseverança	31	34.00	63.00	49.35	6.72
Autoconfiança	31	17.00	42.00	32.87	5.39
Serenidade	31	16.00	28.00	21.97	3.26
Sentido de Vida	31	11.00	21.00	16.13	2.71
Autossuficiência	31	5.00	20.00	14.87	3.57

Também nesta segunda escala, os resultados são reveladores de heterogeneidade das respostas. A pontuação máxima que se poderia obter na Escala de Resiliência era de 175, sendo que pontuações altas sugerem alto nível de resiliência.

4.5. Análise das Correlações

4.5.1. Correlações entre as subescalas do QVPM e as subescalas da ER

Para se poder identificar relações entre as subescalas compostas pelos instrumentos utilizados procedeu-se à análise das correlações entre as mesmas. Utilizou-se a Correlação de Pearson para medir a relação entre as variáveis (**Tabela VIII**).

Tabela VIII. Correlações entre as subescalas do QVPM e da ER

		Ansiedade de Separação	Inibição da exploração e da individualidade	Qualidade do laço emocional
Perseverança	Coeficiente	-.038	.070	.060
	Sig.	.844	.718	.758
	N	29	29	29
Autoconfiança	Coeficiente	.173	-.356	.095
	Sig.	.370	.058	.625
	N	29	29	29
Serenidade	Coeficiente	-.175	.190	-.191
	Sig.	.365	.322	.322
	N	29	29	29
Sentido de Vida	Coeficiente	.172	-.081	.156
	Sig.	.373	.677	.419
	N	29	29	29
Autossuficiência	Coeficiente	.046	.115	.119
	Sig.	.814	.554	.537
	N	29	29	29

Verificou-se portanto que, de entre as subescalas do QVPM e da ER, não existe qualquer relação estatisticamente significativa, identificou-se apenas um valor que embora pouco indicativo, expressa alguma relevância.

Identificou-se uma correlação negativa, embora não significativa ($p = .058$) entre a dimensão *autoconfiança* e a subescala de *inibição da exploração e da individualidade*, pelo que uma pontuação elevada na primeira sugere baixos níveis da segunda, respetivamente.

A ausência de correlações demonstra que os instrumentos utilizados para o presente estudo são independentes quanto aquilo que medem, o que significa que medem exatamente aquilo que pretendem.

4.6. Testagem das hipóteses

Para realizar a testagem das hipóteses utilizou-se a Análise de Regressão Linear, uma vez que este permite prever o valor de uma variável dependente a partir de um conjunto de variáveis independentes. Esta análise revelou ser a mais ajustada no presente estudo, uma vez que se pretendeu estudar em que medida a vinculação (variável dependente) explica a variância da resiliência (variável independente).

Para tal e de forma a evitar valores colineares entre as variáveis independentes, subdividiu-se as subescalas em três modelos, selecionando-se as variáveis que os

compõem como as mais pertinentes para o presente estudo: **modelo 1** – variáveis do indivíduo; **modelo 2** – variáveis da família; **modelo 3** – variáveis da vinculação.

Para o **modelo 1** selecionaram-se variáveis relativas ao próprio indivíduo, tais como, a existência de lutos de pessoas significativas, qualidade do contato social, auto percepção de atributos positivos em si, presença de problemas de saúde fisiológica, auto percepção do contato com a família de origem, número de anos de estudo com sucesso, idade no início da institucionalização e idade no momento da aplicação.

No **modelo 2**, selecionaram-se variáveis relativas à família de origem do sujeito, tais como, a presença de irmãos, composição do agregado familiar (intacto ou monoparental), frequência do contato com a família de origem e auto percepção da qualidade do contato com a família de origem.

Por fim, no **modelo 3**, selecionaram-se as variáveis da vinculação respeitantes ao QVPM, inibição da exploração e da individualidade, ansiedade de separação e qualidade do laço emocional, todas face à relação com a mãe.

4.6.1. Testagem da hipótese 1

Como se pode verificar nos dados apresentados na tabela abaixo, o conjunto dos três modelos são responsáveis por 78.1% da variância explicada no domínio da *Perseverança* medida pela ER. Assim, confirma-se que quando se passa do modelo 2 para o 3, o acréscimo da variância explicada da variável dependente é quase significativo ($p = .052$).

Tabela IX: Análise de regressão, relativamente à explicação da Perseverança (VD)* pelas variáveis da vinculação (VI)**

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Acréscimo de R ²	Significância de Acréscimo
1	.508	.258	-.038	.258	.556
2	.755	.570	.140	.312	.196
3	.884	.781	.442	.211	.052

* VD-variável dependente, **VI- variáveis independentes.

Ao proceder-se a uma análise mais profunda, apura-se que na primeira fase da análise, no que diz respeito apenas às variáveis do indivíduo, não se encontram

variáveis que contribuam significativamente para a variância da *perseverança*, à exceção do *número de anos de estudo com sucesso*, que revela um relativo impacto, embora muito pouco significativo ($p = .06$).

Num segundo momento, em que se acrescentam as variáveis da família, verifica-se a presença de mais indicadores que contribuem para o domínio em causa. A *idade no momento da aplicação* revela-se um fator influente ($p = .05$), bem como, mais uma vez, o *número de anos de estudo com sucesso* ($p = .01$). A *existência de irmãos* ($p = .04$) e a *qualidade do contacto familiar* ($p = .04$) demonstraram também a sua importância na explicação da variância da *perseverança*.

Num terceiro momento, em que pela primeira vez se incluíram as variáveis psicométricas do QVPM, pode apurar-se que a *idade no momento da aplicação* ($p = .01$), o *número de anos de estudo com sucesso* ($p = .00$), a *existência ou não de irmãos*, bem como a percepção subjetiva da *qualidade do contacto com a família de origem* continuam com poder explicativo face à *perseverança*. Surge também uma nova variável com valor significativo, tais como a *existência de atributos positivos* na auto-descrição do sujeito ($p = .01$) e uma outra cujo valor, embora pouco significativo, poderá ser considerado relevante, a *existência de lutos de pessoas significativas*. Quanto às variáveis do QVPM, conclui-se que nesta amostra, a *qualidade do laço emocional* na relação com a mãe ($p = .01$) é o que se revela com maior poder explicativo, mas também a *ansiedade de separação* relativamente à mãe ($p = .02$) é igualmente significativo na influência da variável *perseverança*.

Assim, podemos afirmar que a primeira hipótese desta investigação é parcialmente confirmada pelas variáveis *qualidade do laço emocional* e *ansiedade de separação* na relação com a mãe, que demonstram influência na explicação da variância estatística da *perseverança*.

4.6.2. Testagem da hipótese 2

Ao analisar os dados obtidos expostos na seguinte tabela, conclui-se que para a amostra representada no estudo contribuíram 84.2% das variáveis introduzidas em cada modelo, para o domínio da *autoconfiança*, do indivíduo e da família. Contudo, mais uma vez se conclui que, quando se passa do modelo 2 para o 3, apenas as subescalas do

QVPM contribuem significativamente ($p = .015$) para explicar o aumento de variância da *autoconfiança* entre os sujeitos da amostra recolhida.

Tabela X - Análise de regressão, relativamente à explicação da *autoconfiança* (VD)* pelas variáveis da vinculação (VI)**

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Acréscimo de R ²	Significância de Acréscimo
1	.592	.351	.091	.351	.277
2	.779	.607	.213	.256	.243
3	.917	.842	.597	.235	.015

* VD-variável dependente, **VI- variáveis independentes.

Ao realizar um estudo mais aprofundado dos dados obtidos, verifica-se que, num primeiro momento, no modelo 1, variáveis do indivíduo, apenas a *existência de atributos positivos* nas auto descrições dos sujeitos ($p = .05$) influencia a *autoconfiança* nestes indivíduos.

No modelo 2, onde acrescem as variáveis da família, podemos verificar que o *número de anos de estudo com sucesso* ($p = .03$) e a percepção subjetiva da qualidade do *contacto com a família de origem* ($p = .05$) contribuem como fator explicativo na variância da *autoconfiança*. Também o nível do estatuto socioeconómico refletido no GRAFFAR revela um resultado com alguma relevância ($p = .07$).

Por fim, no modelo 3, onde se incluem as variáveis psicométricas do QVPM, podemos verificar que apenas a *inibição da exploração e da individualidade* ($p = .01$) contribui significativamente para a explicação da variância no domínio da *autoconfiança*.

Verifica-se, portanto, que também a segunda hipótese do presente estudo é parcialmente confirmada, contudo apenas a variável de *inibição da exploração e da individualidade* na relação com a mãe contribui significativamente para a explicação da variância estatística da *autoconfiança*.

4.6.3. Testagem da hipótese 3

Como se pode verificar a partir dos dados apresentados na seguinte tabela, para a explicação do acréscimo da variância da *serenidade* contribuíram 63% das variáveis que constituem os 3 modelos. Contudo, podemos apurar que nenhum modelo demonstrou uma influência significativa no domínio da *serenidade*.

Tabela XI - Análise de regressão, relativamente à explicação da *serenidade* (VD)* pelas variáveis da vinculação (VI)**

Modelo	R	R2	R2 Ajustado	Acréscimo de R2	Significância de Acréscimo
1	.566	.321	.049	.321	.358
2	.779	.607	.213	.286	.195
3	.791	.626	.048	.020	.900

* VD-variável dependente, **VI- variáveis independentes.

Após uma análise mais detalhada, podemos considerar, num primeiro momento, que a *existência de atributos positivos* ($p = .07$) na auto-descrição tem uma relativa influência na *serenidade*, embora com pouco impacto. Num segundo momento destacam-se, mais uma vez, a *existência de atributos positivos* na auto-descrição ($p = 0.3$), a *idade no momento da aplicação* ($p = .05$), e de forma mais indicativa a *auto-perceção no contacto com a família de origem* ($p = .04$).

Por fim, no terceiro modelo, apenas se repete a *existência de atributos positivos* na auto-descrição ($p = .05$), como variável que influencia significativamente a *serenidade*.

Conclui-se, assim, que a terceira hipótese deste estudo não se confirma, uma vez que nenhuma variável que compõe o QVPM contribui significativamente para a explicação da variância estatística da *serenidade*.

4.6.4. Testagem da hipótese 4

Ao analisarmos a tabela abaixo, verifica-se que 41% das variáveis dos 3 modelos contribuem para o acréscimo da variância explicada do domínio *sentido de vida*. No

entanto, mais uma vez, se verifica que nenhum dos modelos contribui significativamente para este resultado.

Tabela XII - Análise de regressão, relativamente à explicação do *sentido de vida* (VD)* pelas variáveis da vinculação (VI)**

Modelo	R	R2	R2 Ajustado	Acréscimo de R2	Significância de Acréscimo
1	.273	.074	-.296	.074	.987
2	.628	.395	-.211	.320	.346
3	.638	.407	-.509	.012	.971

* VD-variável dependente, **VI- variáveis independentes.

Mesmo ao proceder-se a uma análise mais pormenorizada dos dados obtidos, não se encontra qualquer valor relevante na influência do *sentido de vida*, pelo que a quarta hipótese da presente investigação também não se confirma.

4.6.5. Testagem da hipótese 5

A partir dos dados apresentados na tabela abaixo, verifica-se que as variáveis que constituem os 3 modelos contribuem com 38% para a explicação do acréscimo de variância do domínio da *autossuficiência*, contudo não se encontra nenhum valor com impacto significativo sobre esta.

Tabela XIII - Análise de regressão, relativamente à explicação da *autossuficiência* (VD)* pelas variáveis da vinculação (VI)**

Modelo	R	R2	R2 Ajustado	Acréscimo de R2	Significância de Acréscimo
1	.484	.234	-.072	.234	.638
2	.587	.345	-.311	.111	.871
3	.618	.382	-.572	.038	.878

* VD-variável dependente, **VI- variáveis independentes.

Nem mesmo ao proceder-se a uma análise mais “fina” da influência de cada uma das variáveis que compõem os modelos, não nos deparamos com qualquer valor interessante para a explicação deste domínio, pelo que mais uma vez a quinta e última hipótese do estudo não se confirmam.

V. Discussão dos resultados e limitações do estudo

No presente estudo procurou estudar-se a relação e o impacto das representações de vinculação face aos níveis de resiliência dos sujeitos em contexto de institucionalização. Deste modo, analisaram-se os resultados de adolescentes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos, relativamente às representações de vinculação face às figuras parentais e aos níveis de resiliência.

De acordo com a análise descritiva dos dados, de uma forma geral, os indivíduos atingiram valores medianos quanto à qualidade das representações de vinculação e níveis elevados de resiliência, facto que não se enquadra nos pressupostos esperados para o estudo em causa, tendo em conta o contexto de vida destes adolescentes.

Com base na análise de regressão dos dados do presente trabalho de investigação, pode concluir-se que apenas a primeira e a segunda hipóteses foram confirmadas.

Quanto à primeira hipótese, verifica-se que a *qualidade do laço emocional* na relação mãe-bebé contém poder explicativo face à variância do nível de *perseverança* dos sujeitos. De facto, tal como nos expõe a literatura, o modo como a mãe, figura primordial da relação precoce, assegura e acolhe as necessidades do bebé, constitui o alicerce fundamental da forma como a criança internaliza e interpreta os estímulos exteriores. A consistência e previsibilidade das respostas da figura de vinculação irão influenciar o modo como os sujeitos encaram as exigências e obstáculos decorrentes do seu percurso de vida, no que diz respeito à persistência em alcançar os seus objetivos, apesar das possíveis contrariedades.

Também, a *ansiedade de separação* relativamente à mãe é igualmente significativa quanto ao seu poder explicativo face à variável *perseverança*. Tal vai de encontro a uma vasta literatura que defende que a constância da resposta emocional por parte da mãe numa fase precoce da vida da criança induz nesta última o sentido de permanência desse amor e a forma como interpreta os estímulos do mundo ao seu redor pela vida fora, mesmo perante a ausência física da figura materna. Quando, pelo contrário, a resposta emocional for pouco previsível, inadequada ou ausente, é provável que se gerem na criança sentimentos de ansiedade face à separação física da figura de vinculação, criando uma relação de dependência face a esta, o que poderá contribuir para a inibição da sua individualidade. Portanto, este domínio prende-se, também, com

o primeiro acima exposto, na medida em que a consistência da relação precoce contribui para a estabilidade dos recursos psicológicos, mesmo perante as vicissitudes da vida.

Na segunda hipótese, onde se esperava que os domínios da vinculação refletidos no QVPM influenciassem a variância do nível de *autoconfiança* dos sujeitos, verificou-se que apenas *a inibição da exploração e da individualidade* contribuiu significativamente para tal. Este resultado vai, também, ao encontro daquilo que está expresso na literatura sobre o tema da vinculação. A figura primordial constitui o espelho que, na interação mãe-bebé, reflete as próprias características da criança, com base na qual a criança construirá as suas próprias representações e percepções acerca de si mesmo. Contudo, na mesma relação, à medida que o sujeito se desenvolve, há que haver um espaço onde, através da confiança *a priori* transmitida pela mãe, a criança poderá explorar o mundo e criar a sua própria individualidade através dos recursos aprendidos. Quando, por um lado, prevalece uma imposição rígida, seja de normas e regras de conduta ou através da punição severa, poderá haver uma tendência na criança para inibir a expressão da sua individualidade e dos seus recursos internos. Por outro lado, a ausência extrema de limites e disciplina poderá induzir na criança um sentimento de baixa confiança e segurança em si mesmo que poderá, por um lado, paralisá-lo perante uma mudança ou um obstáculo ou, por outro, levá-la a adotar uma conduta destrutiva ou pouco resiliente, precisamente pela ausência de um modelo de conduta e crenças em que se possa basear para prosseguir a construção do seu próprio caminho.

Ao contrário do que se pode constatar na literatura e daquilo que se previa para o presente estudo, as restantes hipóteses construídas não se confirmaram. Muitos são os fatores que poderão ter contribuído para tal e que merecem especial reflexão. Entre estes, temos a dificuldade em encontrar instrumentos adaptados às características específicas da população em causa. Sujeitos em contexto de institucionalização são indivíduos com necessidades muito específicas que deveriam estar refletidas na construção de instrumentos de avaliação utilizados para a aplicação neste contexto.

De facto, em vários momentos da elaboração de este trabalho, pela ausência de tais instrumentos, refletiu-se que a aplicação de, por exemplo, instrumentos projetivos poderia ter sido uma alternativa mais adequada a estes jovens, pela sua capacidade de transcender os processos conscientes e ultrapassar as barreiras afetivas, bem como os mecanismos de defesa que lhes estão inerentes.

Muitos são os fatores que poderão ter contribuído para o facto de os restantes resultados não corroborarem o que foi pesquisado em termos de literatura sobre o tema,

nomeadamente, o facto de estes adolescentes permanecerem em regime de internamento de longa duração, o que poderá ter contribuído para que estes jovens tivessem a oportunidade de criar laços emocionais mais estáveis com os educadores da instituição. Para além dos educadores, cada instituição está provida de um quadro de especialistas que colaboram e acompanham o desenvolvimento destes jovens, estimulando os seus recursos e a sua organização mental. Assim, a variância nos níveis de *serenidade*, *sentido de vida* e *autossuficiência* destes jovens poderá não estar tão dependente das representações de vinculação estabelecidas com as suas famílias de origem, mas daquelas que foram construindo ao longo da institucionalização e que se mantêm no presente, não excluindo, contudo a importância das primeiras.

A amplitude da variável que se pretendeu medir; a resiliência, contribui também para a dificuldade em se delimitar os fatores que a influenciam. A resiliência é um amplo conceito que engloba um vasto leque de fatores internos ao indivíduo e cujos alicerces são construídos durante os primeiros anos de vida, com base na relação primordial. Contudo, a resiliência é também entendida como um processo dinâmico e mutável, de acordo com as circunstâncias de vida de cada sujeito, pelo que o presente trabalho reflete apenas a influência de um desses contributos, as representações da vinculação à família de origem. Isto leva-nos a crer que, num estudo mais exaustivo, onde se estudasse a configuração de um maior número de variáveis que se acreditasse contribuir para a resiliência, se poderiam obter resultados mais fidedignos e que fossem de encontro àquilo que está expresso na literatura empírica.

Uma vez que estes jovens caminham numa fase de vida em que a sua relação precoce se torna cada vez mais longínqua ou até substituída por outras figuras dentro da instituição, faria sentido incluir, neste trabalho, a análise das representações de vinculação face às últimas. Assim, poderia tentar-se perceber a evolução da capacidade de resiliência destes jovens durante o tempo de institucionalização, bem como a forma como este processo influencia a adaptação destes indivíduos.

O número reduzido da amostra contribuiu para que este estudo se revele pouco representativo, tal como se considera que as condições de aplicação coletiva ajudaram a uma certa dispersão da atenção dos jovens em instrumentos de autorrelato que exigiam um contacto com os seus mundos internos e características pessoais na Escala de Resiliência e no QVPM que abordava questões sensíveis como são, para estes jovens, a relação com a família de origem.

Por último, há também que salientar a tendência de estes jovens para adotarem um modelo de resposta que recai claramente sobre um padrão de *faking bad* ou *faking good* na resposta às questões dos instrumentos, podendo pôr-se em causa a sinceridade das suas respostas num número elevado de protocolos. Este facto poderá justificar-se com base na literatura pesquisada, em que indivíduos que passam por um processo de institucionalização experimentam, na sua maioria, sentimentos de abandono, pelo que, como forma de ultrapassarem o sofrimento que daí advém, adotam uma postura que se poderá designar de independência precoce e forçada, por forma a combater e defenderem-se das suas fragilidades, no caso de um padrão *faking bad*. Por outro lado, nos casos de respostas que refletem um padrão *faking good*, reflete-se sobre a idealização que estes jovens poderão construir sobre a sua própria história, como mecanismo facilitador de integração no seu mundo interno. Para avaliar estas questões, teria sido útil a possibilidade de se ter entrevistado estes jovens individualmente, num contexto mais informal, de forma a retirar-se mais informação sobre a perceção das suas próprias histórias de vida familiar antes da institucionalização.

Com base no que é defendido por vários autores, existe um fator comum na capacidade de resiliência durante o percurso de vida. Este factor é a possibilidade de encontrar *objetos* significativos de substituição, passíveis de uma ligação emocional consistente e estável. Em tom de conclusão, sugere-se que, em trabalhos futuros, num mesmo contexto e temática, seria importante a delimitação de mais que um fator determinante na construção da resiliência. Seria, também, fundamental um maior foco na qualidade de interação na relação com as figuras mais impactantes no percurso de vida de jovens em contexto institucional, para além da família de origem, nomeadamente, auxiliares, técnicos especializados, professores e pares, entre outros. Este teria o objetivo máximo de analisar e avaliar, longitudinalmente, a evolução em termos de recursos psicológicos das crianças, de forma a identificarem-se quais os alicerces estruturais fundamentais que devem constituir uma instituição de acolhimento de forma a suprir as necessidades específicas de esta população, conduzindo-a a um desenvolvimento harmonioso.

Bibliografia

- Ainsworth, M. Blehar, M., Waters, E & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Anaut, M. (2005). *A Resiliência: ultrapassar os traumatismos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Block, J., & Kremen, A. M. (1996). *IQ and Ego-resiliency: Conceptual and empirical connections and separateness*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 349-361
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to the mother. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 39, 350-373.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1980). *Apego. Volume I da trilogia Apego e Perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Benavente, R. (2010). *Factores de Mudança nas Representações da Vinculação em Crianças de Famílias de Alto Risco*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- Bowlby, J. (1989). The role of attachment in personality development and psychopathology. In S. Greenspan & G. Pollock (Eds.), *The course of life-Vol. I* (pp. 229-269). Connecticut: International Universities Press.
- Cowen, E. & Work, W. (1989). Resilient children, psychological wellness, and primary prevention. *American Journal of Community Psychiatry*, 16, 591-607.

Cassidy, J. (2000). Adult romantic attachments: A developmental perspective on individual differences. *Review of General Psychology*, 4, 111-131.

Crittenden, P. (2005a). Teoria dell'attaccamento, psicopatologia e psicoterapia: L'approccio dinamico maturativo. *Psicoterapia*, 30, 171-182.

Crittenden, P. (2002). Attachment, information processing, and psychiatric disorder. *World Psychiatry*, 1, 72-75.

Cyrulnik, B. (2001). *Resiliência: Essa Inaudita Capacidade de Construção Humana. Coleção: Horizontes Pedagógicos*. Instituto Piaget.

Eapen, D.J. (2009). *International Journal of Nursing Practice*; Institutionalized children: The underprivileged (pp. 349-352). PhD Student in Nursing, University of Kansas School of Nursing, Kansas City, Kansas, USA.

Fonagy, P. e col. (1994), The theory and practice of resilience, *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 35, 2, pp. 231-257.

Fergus, S. & Zimmerman, M. A. (2005), Adolescent Resilience: a framework for understanding healthy development in the face of risk. *Public Health*, 26: 399-419.

Felgueiras, C. M., Festas, C., Vieira, M. (2010). Adaptação e Validação da Resilience Scale de Wagnild e Young para a cultura portuguesa. *Cadernos de Saúde* 3 (1).

Grossmann, K. & Grossmann, K. (1999). Mary Ainsworth: Our guide to attachment research. *Attachment and Human Development*, 1, 224-228.

Hazan, C. & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.

Howe, D., Schofield, G., Brandon, M., & Hinings, D. (1999). *Attachment Theory, Child Maltreatment and Family Support: A Practice and Assessment Model*. Suffolk: Aardvark Editorial.

Hazan, C. & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.

Klagsbrun, M. & Bowlby, J. (1976). Responses to separation from parents: A clinical test for young children. *British Journal of Projective Psychology*, 21, 7-21.

Klohnen, E., & Bera, S. (1998). Behavioral and experimental patterns of avoidantly and securely attached women across adulthood: A 31-year longitudinal study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74 (1), 211-223.

Meins, E. (1997). *Security of attachment and the social development of cognition*. New York: Psychology Press.

MacLean, K. (2003). *The impact of institutionalization on child development*. *Development and Psychopathology*, 15, 853–884.

Mota, C. P. e Matos, P. M. (2010), Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII): 245-254.

Mota, C. P. & Matos, P. M. (2008), Adolescência e Institucionalização numa Perspetiva de Vinculação. *Psicologia e Sociedade*, 20 (30): 367-377.

Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56, 227–238.

Masten A. S., Monn, A.R. & Supkoff , L. M. (2011). Resilience in children and adolescents. In S. M. Southwick, B. T. Litz, D. Charney & M. J. Friedman (eds). *Resilience and mental health: Challenges across the lifespan*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Pietromonaco, P. & Barrett, L. (1997). Working models of attachment and daily social interactions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 1409-1423.

Pietromonaco, P. & Barrett, L. (2000a). The internal working models concept: What do we really know about the self in relation to others? *Review of General Psychology*, 4, 155-175.

Zeanah, C.H., Smyke, A.T., & Settles, L. (2006). Orphanages as a developmental context for early childhood. In K. McCartney & D. Phillips (Eds.), *Handbook of early childhood development* (pp. 424–454). New York: Blackwell.